



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Discurso

(Apresentação do Projeto de Decreto Legislativo Regional – “Período normal de trabalho dos trabalhadores da Administração Pública Regional”)

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

Estamos aqui hoje reunidos para aprovar uma Lei que estabelece um horário de 35 horas por semana para os trabalhadores da administração pública regional.

Não se trata de defender ou de criar uma situação de privilégio em relação aos restantes trabalhadores portugueses. A nossa iniciativa visa alcançar precisamente o contrário. Queremos estabelecer nos Açores uma bolsa de resistência contra o aumento injusto, desnecessário e inconstitucional do horário de trabalho dos trabalhadores portugueses.

A mensagem deste Parlamento a todos os trabalhadores portugueses é que aqui estamos dispostos a resistir. Que os Açores permanecerão como um território não conquistado pelas políticas neoliberais que visam destruir conquistas laborais alcançadas por décadas de sacrifício dos trabalhadores portugueses.

A mensagem deste Parlamento é que resistiremos. Resistiremos em nome dos trabalhadores açorianos e em nome de todos os trabalhadores portugueses. Queremos fazer dos Açores um bastião inexpugnável da justiça social e das conquistas civilizacionais obtidas no âmbito do mundo laboral. Neste contexto, caberá aos trabalhadores açorianos transportar o archote da resistência e da sobrevivência no território nacional de um horário de 35 horas.

Os Açores não serão uma zona de privilégio. Os Açores não serão insolidários. A nossa pretensão, nesta matéria, é a de servir como território de resistência e como núcleo do esforço de reconquista dos



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

direitos laborais perdidos no resto do território nacional. Temos de ser vistos como um precedente inspirador e um farol de justiça no contexto do nevoeiro negro do neoliberalismo que submerge o nosso país.

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

Alguns dirão que o papel de resistência e de contenção do dique neoliberal pertence exclusivamente ao Tribunal Constitucional. Que não nos cabe a nós resistir de forma ativa. Que nos cabe acatar a injustiça e a ilegalidade e esperar pela redenção do Tribunal Constitucional.

Permitam-me discordar de quem assim pensa. Eu acho que cada intervenção do Tribunal Constitucional na defesa da legalidade e dos direitos dos trabalhadores portugueses resulta e surge em consequência de um igual número de omissões e erros do poder legislativo. O Tribunal Constitucional não pode ser uma espécie de Moisés que guarda em solitário, no cimo da montanha, as tabuinhas da lei. Não é possível, nem desejável, que isso possa acontecer na idade da cidadania. Esse papel cabe a todos e a cada um dos portugueses.

Nós, os deputados. Nós, o Parlamento dos Açores, temos a indeclinável responsabilidade de proteger os trabalhadores açorianos das consequências nefastas de uma legislação inconstitucional, injusta e contraproducente. Nestas circunstâncias, a deserção e a omissão de responsabilidades e competências não são opções válidas para este Parlamento. O Parlamento está do lado justo e certo da História: estamos ao lado, ombro com ombro, com os trabalhadores dos Açores.

Meus Senhores! Eu não acredito que seja possível diminuir o desemprego aumentando a duração da jornada de trabalho. Eu não acredito que se melhore, de forma sustentada e progressiva, a produtividade aumentando o horário de trabalho. Eu não acredito que o aumento sistemático do horário de trabalho possa favorecer e criar um contexto de melhoria dos salários. Eu não acredito que as políticas de aumento da jornada de trabalho possam vir a favorecer a modernização tecnológica das empresas.



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Pelo contrário! Tenho a firme convicção que o aumento da jornada de trabalho aumenta o desemprego, não promove a produtividade, desfavorece a modernização e cria uma dinâmica de baixos salários. O aumento do horário de trabalho tem ainda consequências devastadoras no âmbito do aumento das despesas das famílias e em nada favorece as políticas que visam a recuperação demográfica, um dos principais problemas, de médio e longo prazo, que o país enfrenta.

O aumento da jornada de trabalho na função pública tem efeitos muito residuais na administração. Os Governos da República e da Região não revelaram ter qualquer plano ou ideia concreta para rentabilizar o aumento da jornada de trabalho. Faz-se hoje em 40 horas o que era possível fazer em 35. Tudo isto com a agravante dos trabalhadores se sentirem desmotivados pela implementação de um aumento, não remunerado, do seu horário de trabalho num momento em que estão a sofrer mais cortes salariais e em que as respetivas carreiras estão congeladas. Tudo isto acaba por criar, e incrementar, um justificado ambiente de desmotivação geral no âmbito do funcionalismo público.

Todos os trabalhadores açorianos estão disponíveis, nas presentes circunstâncias que o país enfrenta, para dar o seu contributo patriótico, mas todos sentem que o que se lhes pede, através do aumento do horário de trabalho, é algo absolutamente gratuito, contraproducente e não necessário. Trata-se de um esforço inútil que em nada contribui para resolver os problemas nacionais. Pelo contrário! Incrementa dificuldades e cria dinâmicas muito desfavoráveis no âmbito das políticas de criação de emprego.

Neste contexto é necessário, uma vez mais, assinalar o papel de âncora do horário da função pública para o sector privado. As conquistas obtidas no âmbito da função pública serviram, ao longo dos anos, de referência para o sector privado. O aumento do horário da função pública terá como consequência, a curto e médio prazo, o aumento do horário de trabalho no sector privado. Isto é incontestável, até na medida em que se sabe que a média da duração da jornada laboral no sector privado é, atualmente, de 37 horas. Ou seja, ficará 3 horas abaixo do novo horário da função pública no território continental do país.



Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

Termino com uma última apreciação política a respeito da evolução desta questão nos Açores. O Governo Regional e o PS sempre afirmaram que não seriam um problema no âmbito da aprovação de legislação regional a respeito da jornada de trabalho dos trabalhadores da administração pública regional.

O que os trabalhadores açorianos exigem é que o Partido Socialista e o Governo Regional façam parte da solução. Fazer parte da solução significa votar favoravelmente esta iniciativa. A abstenção significa, nas presentes circunstâncias, fugir às responsabilidades. Os trabalhadores açorianos não aceitarão, certamente, deserções da linha da frente.

Em relação à futura posição do Representante da República, o que dele se espera é que tenha a coragem política de respeitar, plenamente, a decisão de um órgão eleito, e representativo de todos os açorianos, como é a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores. Qualquer outra decisão reabrirá, certamente, a questão autonómica. Em nenhuma circunstância se aceitará que a definição do período normal de trabalho da Administração Pública Regional fique fora das competências da nossa Autonomia

Viva os Açores!

O Deputado do PPM

Paulo Estêvão